

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LAVÍNIA SOUZA MOREIRA

**MULHERES E A REINVENÇÃO DO CASAMENTO EM PARIS, NO FIM DO
SÉCULO XVIII**

MARIANA

2025

LAVÍNIA SOUZA MOREIRA

**MULHERES E A REINVENÇÃO DO CASAMENTO EM PARIS, NO FIM DO
SÉCULO XVIII**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade Federal
de Ouro Preto para obtenção do título de Licenciada
em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira

MARIANA

2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lavínia Souza Moreira

Mulheres e a reinvenção do casamento em Paris, no fim do século XVIII

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de História licenciatura.

Aprovada em 9 de novembro de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira - Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Prof^a. Dr^a. Tereza Maria Spyder Dulci - Universidade Federal de Ouro Preto

O Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 01/12/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Wanderson Ferreira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/12/2025, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1024836** e o código CRC **E1BC1D0B**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Maria Luiza e José Eustáquio, que sempre viveram por mim e pelos meus irmãos, Larissa e Hugo, que, por sua vez, mantiveram a promessa de estar sempre ao meu lado. À minha cunhada, Lisa, por todas as oportunidades de vivência e aprendizado que me proporciona. Eu cresci sabendo que minha família apoiaria qualquer escolha minha, desde que eu me esforçasse e colocasse paixão naquilo. A verdade é que, por causa do amor de vocês, eu nunca tive medo de tentar. Obrigada.

Sou muito grata, também, às amigadas que cultivei desde 2022 por causa da UFOP, em especial àqueles que me acompanharam mais de perto neste último ano: Samuel, Luíza, Juju, Sofia e Listerine. Agradeço-lhes por me incentivarem a persistir nos meus objetivos e me proporcionarem momentos de distração enquanto isso. Quero agradecer, separadamente, à Carol, pela amizade que começou naquele primeiro dia de aula da faculdade, quando nos conhecemos. Ganhei uma amiga com quem compartilho casos, aflições, desejos e risadas. Ana Carolina, Ana Laura, Camila, Jubs, Lícia e Maria Fernanda, obrigada pela torcida e pelo cuidado mesmo de Juiz de Fora ou de Vitória ou de Belo Horizonte ou ainda de São Paulo. Eu as amo — esse é apenas o começo de nossas vidas!

Por fim, agradeço ao corpo administrativo e docente do ICHS, por oferecer uma educação pública de qualidade. Em especial, ao professor Daniel — Wanderson — Ferreira. No seu olhar, encontro um carinho pelo olhar das outras pessoas que só você é capaz de gentilmente oferecer. Obrigada por ver beleza em mim, nas minhas ideias, na minha escrita e, sobretudo, por me desafiar a me expor às incertezas. Muito mais do que um orientador, você é um amigo que quero levar para a vida.

RESUMO

O casamento em Paris, durante a segunda metade do século XVIII, era uma instituição formal, sustentada por normas legais e religiosas, muitas vezes funcionando como um contrato econômico e político entre famílias. No entanto, o cotidiano conjugal era simultaneamente marcado por tensões, negociações e práticas de sociabilidade que escapavam às restrições oficiais. Este estudo investiga os costumes informais adotados pelas mulheres no casamento na Paris do século XVIII, abordando uma lacuna historiográfica sobre as práticas não-oficiais que evidenciavam a agência feminina e as negociações dentro da instituição. Baseando-se principalmente em *Les Nuits de Paris* (1788-1794), de Restif de la Bretonne, defendemos que o casamento na Paris do século XVIII não era uma instituição estática, mas, sim, um campo continuamente atravessado por negociações, conflitos e reinvenções, especialmente no que diz respeito à experiência e à capacidade de ação das mulheres.

Palavras-chaves: Paris; Século XVIII; Restif de la Bretonne; Casamento; História das mulheres

ABSTRACT

Marriage in Paris during the second half of the 18th century was a formal institution, sustained by legal and religious norms, often functioning as an economic and political contract between families. However, daily conjugal life was simultaneously marked by tensions, negotiations, and practices of sociability that escaped official restrictions. This study investigates the informal customs adopted by women within marriage in 18th-century Paris, addressing a historiographical gap concerning the unofficial practices that evidenced feminine agency and negotiation inside the institution. Drawing centrally upon Restif de la Bretonne's *Les Nuits de Paris* (1788–1794), we argue that marriage in 18th-century Paris was not a static institution, but rather a field continuously traversed by negotiations, conflicts, and reinventions, especially with regard to women's experience and capacity for action.

Keywords: Paris; 18th century; Restif de la Bretonne; Marriage; Women's history

SUMÁRIO

Introdução	6
O casamento em Paris no século XVIII	8
Violência e redes de solidariedade	9
O ideal do amor-amizade proposto pela Igreja	13
Reorganizações matrimoniais e práticas comunitárias	15
Considerações finais	17
Plano de aula	19
Fonte	22
Referências bibliográficas	22

Introdução

Durante a segunda metade do século XVIII, em Paris, o casamento constituía uma instituição formal, sustentada por normas jurídicas e religiosas que o tornavam indissolúvel e, simultaneamente, fundamental para a organização da vida social. Mais do que uma união afetiva, o matrimônio funcionava como um contrato econômico e político entre famílias, com as mulheres atuando como peças centrais para a manutenção de alianças e transmissão de patrimônios (cf. Blanc, 1997 e 2002). No entanto, como sugerem Arlette Farge (1993) e Dominique Godineau (1988 e 2015), a vida conjugal e cotidiana de Paris no século XVIII era também marcada por tensões, negociações e práticas de sociabilidade que escapavam às ordenações oficiais. No caso das mulheres, em especial, estratégias de sobrevivência e reinvenção cotidiana permitiam lidar com um espaço urbano dinâmico e disputado por uma diversidade de grupos sociais. A historiografia francesa se articula ao que Thompson (1998) identificou, na Inglaterra do mesmo período, como “venda de esposas”. Ao examinar as práticas e rituais cotidianos da população trabalhadora, o interesse de Thompson recai sobre a relação entre a economia moral e os costumes populares: diante das barreiras impostas pela instituição formal e praticamente indissolúvel do casamento, recorria-se a uma prática informal e não sancionada pela lei, mas socialmente legitimada como meio de dissolver uniões oficiais. Esse processo funcionava como uma transação pública e teatral, que frequentemente ocorria em uma praça pública reconhecida e tinha a aparência de um leilão, e, muitas vezes, tinha caráter pré-arranjado. O ritual exigia o pagamento de dinheiro, normalmente uma soma pequena ou simbólica, bem como o uso de uma corda, simbolizando a transferência de posse durante a entrega da mulher, pelo marido, ao comprador. A venda funcionava como um divórcio popular e um novo casamento. Interessante notar é que, para que fosse reconhecida pela comunidade, era essencial o consentimento público da esposa para a transação e o novo arranjo e isso se dava, em diversos casos, pelo esforço e negociação de

mulheres para romper com casamentos negociados por familiares ou marcados por ausência de afetividade.

Contudo, se a venda pública da esposa cumpria esse papel na Inglaterra, as alternativas se revelavam, em Paris, mais sutis e diversificadas, muitas vezes inscritas na esfera privada das práticas libertinas, como demonstra Olivier Blanc (2022)¹: no século XVIII, a libertinagem passou a ser vista como algo relativamente agradável, até simpático, e que destoava dos valores tradicionais da Igreja Católica, indicando uma vontade crescente de libertar-se de regras rígidas. Essa mudança culmina, segundo Blanc, numa fase posterior do reinado de Luís XV, em que comportamentos fora do casamento ganharam mais evidência. Embora a historiografia destaque aspectos centrais da sociabilidade aristocrática e popular, persiste uma lacuna importante: compreender os costumes informais adotados pelas mulheres dentro do casamento, isto é, as práticas não-oficiais que evidenciam formas de agência e de negociação no interior do casamento, que eram marcadas com frequência pelo controle masculino e pelas hierarquias sociais. Nesses casos, o que se busca compreender é como o casamento podia permanecer formalmente intacto institucionalmente, mas era constantemente tensionado por costumes que abriam espaço para a circulação de afetos, desejos e alianças paralelas às instruções legais ou formais.

Seguindo as reflexões de Michel de Certeau (1998), que vê o cotidiano como espaço de invenções e táticas discretas que resistem à lógica normativa, podemos pensar em pistas para compreender o casamento em Paris como um âmbito em que a norma oficial convivia com práticas informais muitas vezes criadas justamente por aquelas que viviam sob as maiores restrições: as esposas. Nosso objetivo, então, é investigar quais seriam esses costumes adotados pelas mulheres nos casamentos em Paris no século XVIII, tomando como fonte *Les Nuits de Paris* (1788–1794), de Restif de la Bretonne: Trata-se de texto romanesco

¹ BLANC, O. *Épisode 1: Le XVIIIe siècle, libertinage et révolutions*. Podcast Radio France. 22:56 - 23:12 e 26:04 - 26:52.

composto por 42 tomos, nos quais Restif registra, quase diariamente, interações cotidianas que revelam costumes da vida noturna na capital francesa. Ao percorrer Paris durante a noite, Restif encontra a produção de sensibilidades diferentes em comparação com o dia, dando-nos acesso às personagens sociais que agem de modo furtivo. Além disso, a edição que utilizamos, preparada por Michel Delon e publicada pela Robert Laffont, permite o acesso ao texto com um aparato crítico que nos auxilia no manejo do vasto repertório de práticas sociais, possíveis desvios e comportamentos que Restif tenta classificar, moralizar e designar a um espaço específico da cidade, revelando formas de sobrevivência e tensões do tecido social parisiense.

A atenção de Restif voltada para a relação entre homens e mulheres é recorrente: ao percorrer as ruas de Paris e se deparar com figuras femininas em situações diversas, com frequência marcadas pela tensão entre a norma matrimonial e as práticas informais que emergiam na vida conjugal, ele se permitiu identificar práticas que ainda aparecem pouco nas narrativas historiográficas. De modo mais específico ainda, é importante analisar os modos de agir femininos que subvertiam, adaptavam ou reinventavam as normas matrimoniais segundo as lentes de Restif. Sendo assim, nosso trabalho se organiza em quatro seções: na primeira, delineamos o casamento como instituição tensionada por normas religiosas, jurídicas e econômicas; na segunda, exploramos o caso da *belle Mimi*, que permite pensar as margens de escolha, a vigilância comunitária e a importância das redes de solidariedade; a terceira seção trata do ideal do amor-amizade proposto pela Igreja, aprofundando o contraste entre esse discurso religioso e a realidade cotidiana; na quarta, investigamos as reorganizações matrimoniais e as práticas comunitárias que revelam a flexibilidade do matrimônio diante de interesses familiares e sociais. Por fim, discutimos como o casamento em Paris no século XVIII se revela não como uma instituição estática, mas, sim, como um campo atravessado por

negociações, conflitos e reinvenções, sobretudo no que diz respeito à experiência das mulheres.

O casamento em Paris no século XVIII

A experiência do casamento em Paris, na segunda metade do século XVIII, pode ser compreendida como muito mais do que a realização de uma união religiosa ou de um contrato econômico entre famílias. Em *Les Nuits de Paris* (1788-1794), Restif de la Bretonne mostra o entrelaçamento do matrimônio com práticas cotidianas que escapavam à rigidez da norma. Assim, em sua escrita, emergem cenas em que o casamento se revela uma instituição permeada por conflitos, negociações e práticas informais que tensionavam constantemente a norma jurídica e religiosa.

Um primeiro aspecto que verificamos com recorrência é a questão econômica das mulheres dentro do matrimônio, haja vista que as esposas da massa popular em Paris apareciam como figuras que lidavam com uma certa precariedade material. Em um dos relatos, Restif apresenta o testemunho de mulheres pobres, que se descrevem como “mulheres infelizes, sem princípios, sem educação; criadas, camareiras, no máximo. Quem nos corrompe? Nossos senhores; homens que têm status, educação”.² Essa fala nos indica que, para muitas esposas oriundas das camadas populares, o casamento, longe de ser apenas um vínculo de estabilidade, podia ser vivido como um passo dentro de trajetórias já marcadas por vulnerabilidade social. Conforme identifica Arlette Farge (1993), ao trabalhar com micro-histórias sobre o cotidiano da população mais pobre, as mulheres viviam em meio a uma certa instabilidade, principalmente as jovens criadas e trabalhadoras, que se encontravam em posição ainda mais frágil e subordinada. Podemos entender, então, que a vida das

² “Infortunées sans principes, sans éducation; des servantes, des femmes de chambre tout au plus. Qui nous débauche? Nos maîtres; des hommes qui ont un état, une éducation”. (RESTIF, 1990, p.764).

mulheres pobres era atravessada por uma constante negociação, e o casamento podia funcionar como um recurso de sobrevivência.

Violência e redes de solidariedade

A dependência econômica não impedia que as esposas buscassem margens de negociação. O caso da “*la belle Mimi*”, antiga *fille de modes* no Palais, é singular nesse sentido. O episódio relata que ela tinha recusado amantes que lhe ofereciam vantagens materiais para escolher o matrimônio com o ourives Dagra: “Eu tive mais de um amante, que me ofereceu vantagens consideráveis; mas preferi o casamento com um comerciante conhecido”.³ Segundo Dominique Godineau (2015), havia, no século XVIII, certa nuance entre precariedade e escolhas dentro das restrições. Ainda que inserida em uma lógica de dependência, a trajetória de Mimi sugere que as mulheres podiam, dentro de certos limites, elaborar estratégias e optar por alianças que lhes parecessem mais vantajosas do ponto de vista de sua reputação e proteção.

Contudo, a experiência relatada revela também os limites dessa margem de decisão. Após alguns meses de casamento, Dagra deixou-se dominar pela desconfiança, e a escolha de Mimi, fruto de uma vida ativa anterior ao casamento e de certas vantagens sociais ligadas à sua origem, tornou-se motivo de vigilância constante, sob o olhar alerta dos cunhados: “Ele me disse... que revelaria tudo ao Sr. Dagra, se eu não comprasse seu silêncio”.⁴ Para Farge (2009), a difamação da virtude feminina era um recurso comum para atingir não apenas uma mulher, mas toda sua família. É importante ressaltar que a preocupação das mulheres com a reputação não era apenas moral, pois dela dependiam condições econômicas básicas, como o trabalho e a moradia.

³ “j’aurais plus d’un amant, qui m’offraient des avantages considérables ; mais je préfèrai le mariage avec un marchand connu”. (RESTIF, 1990, p.666).

⁴ “il m’a dit... qu’il découvrirait tout à M. Dagra, si je n’achetais pas son silence”. (RESTIF, 1990, p.667).

Ainda que limitada por mecanismos de controle social e doméstico, o episódio de Mimi continua um exemplo interessante de agência feminina. Ao narrar a recusa de amantes, a valorização do matrimônio com um comerciante e a resistência a chantagens, a personagem projeta uma forma de decisão que, mesmo frágil, pode nos servir de pistas sobre as formas como as mulheres expressavam possíveis margens de autonomia dentro de um contexto de constante risco de difamação e violência. Essa agência, inclusive, não se encerrava aí: diante da ameaça concreta de agressão, Mimi mobilizou recursos de fuga, buscando vínculos capazes de oferecer proteção em um cenário de vulnerabilidade.

Vale mencionar outro momento, nos registros de Restif, em que a violência conjugal se manifestou de forma explícita. Restif descreve a cena de um marido golpeando a esposa por estar com outro homem:

“Sem dizer uma palavra, ele se aproximou da esposa, pegou a pele do braço dela acima do cotovelo entre dois dedos e torceu-a com tanta crueldade que ela gritou! Ela já estava prestes a desmaiar. Ele a trouxe de volta à razão com um soco nas costelas, com o polegar estendido... O monstro não falava. A mulher chorava.”⁵

A cena se destaca também pelo fato de ter ocorrido em um jardim público, o *Bassin de l'Arsenal*, presenciada por Restif e por outros que transitavam. A agressão rapidamente mobilizou as testemunhas, que intervieram e chamaram soldados que estavam de sentinela: “eu chamei até mim. Os sentinelas correram: eu me joguei sobre o monstro, que retive: eles o cercaram; Eu relatei o que ele tinha acabado de fazer”.⁶ O marido acabou detido por ter batido em sua esposa, enquanto a jovem foi conduzida à proteção de uma marquesa e, depois, de sua tia: “A jovem, assustada, mandou implorar a uma tia dela que lhe desse asilo, enquanto dava os primeiros passos para a separação”.⁷

⁵ “Sans dire un mot, il s'approche de sa femme, lui prit entre deux doigts la chair du bras au-dessus du coude, et la lui tordit si cruellement, qu'elle fit un cri !... Elle fut prête à s'évanouir. Il la fit revenir à elle par un coup de poing dans les côtes, avec le pouce avancé... Le monstre ne parlait pas. La femme pleurait”. (RESTIF, 1990, p.831).

⁶ “j'appelai à moi. Les invalides en sentinelles accoururent: je me jetai sur le monstre, que je retins: on l'entoura; je racontai ce qu'il venait de faire”. (RESTIF, 1990, p.831).

⁷ “La jeune femme effrayée, avait envoyé prier une tante à elle de lui donner un asile, pendant le temps qu'elle ferait les premières démarches pour la séparation”. (RESTIF, 1990, p.832).

Nesse sentido, a rede feminina de solidariedade aparece como elemento central. O apoio da marquesa, que acolheu a jovem agredida, aparece novamente quando providenciou a entrada de Mimi em uma comunidade religiosa, demonstrando que as relações entre mulheres podiam funcionar como mecanismos de defesa: “Esta generosa senhora imediatamente enviou sua carruagem para buscar a bela ourives e levá-la a uma comunidade perto de seu hotel”.⁸

Os gestos mencionados demonstram como laços femininos podiam funcionar como recurso de proteção diante da violência conjugal, bem como levantam a questão do papel da aristocracia nesse processo de apoio, sobretudo na figura da marquesa que, em sua posição aristocrática, acolheu a esposa de um ourives e uma jovem desprotegida. Fica, contudo, a indagação se o gesto revela uma prática mais ampla de solidariedade aristocrática ou se era uma iniciativa particular da marquesa, oferecida como favor a Restif. Também vale se perguntar sobre o caráter do marido, tomado como monstro. Em que medida essa noção não indicaria práticas que tendiam a abandonar as violências privadas, inclusive aquelas conjugais, em prol de uma lógica mais geral ou comum? Farge (1993), ao analisar os arquivos policiais, demonstra que as esposas procuravam autoridades locais para intervir em conflitos privados. Nesse sentido, os registros de Restif e a interpretação de Farge convergem ao destacar a existência de redes de apoio, bem como as práticas mais institucionais que as alicerçavam. O que se destaca como diferente são os diversos formatos de como se obter ajuda, o que mostra a complexidade e as contradições próprias à sociedade.

Vale destacar que percebemos também que a violência dentro do casamento não se restringia ao espaço da casa, emergindo em lugares públicos e atraindo atenção e intervenção coletiva. Fabre (2009) corrobora a ideia dessa vigilância urbana ao afirmar que o que se passava dentro do lar não era restrito ao espaço privado, mas frequentemente regulado pelo olhar comunitário — a fronteira entre o público e o privado era porosa, com vizinhos,

⁸ “Cette génèreuse dame envoya sur-le-champ sa voiture, pour prendre la belle orfèvre, et la conduire dans une communauté voisine de son hôtel”. (RESTIF, 1990, p.667).

peessoas que passavam por perto, e até guardas ou outros intermediários do poder intervindo em situações de conflito conjugal.

O ideal do amor-amizade proposto pela Igreja

Se o casamento podia ser espaço de dependência e violência, *Les nuits de Paris* também revela a existência de práticas informais que permitiam às esposas reorganizar suas vidas por meio de negociações afetivas e materiais, apoiando-se em redes de solidariedade e em estratégias de sobrevivência. Um exemplo é o relato da viúva Suzanne que, após a ruína financeira causada pelo falecido marido, passou a viver sob a proteção de seu amigo:

“Meu marido consumiu, em dois anos, sua fortuna e meu dote por meio do jogo: quando morreu, colocou-me nos braços de seu amigo, meu atual amante, que jurou nunca me abandonar”.⁹

Essa trajetória expõe a fragilidade da condição feminina diante da dependência econômica do casamento e a continuidade da subordinação da mulher mesmo viúva. A relação com o amante não representa uma ruptura com as estruturas de poder do matrimônio, mas uma reorganização pragmática dessas mesmas estruturas. Em outras palavras, a aproximação ao amigo do falecido marido não traduz uma ruptura com as estruturas de poder que regiam o matrimônio, mas antes uma estratégia de sobrevivência que reorganizava de forma pragmática essas mesmas hierarquias. Privada de recursos e sem proteção, Suzanne buscou nesse novo vínculo uma forma de assegurar não apenas o sustento, mas também a preservação de sua honra. Ao afirmar que tentava “não se afastar de forma alguma das leis de decência e honra”,¹⁰ ela revelou o esforço de reconstruir uma moralidade própria dentro das restrições impostas à mulher viúva.

⁹ “mon mari a consumé, en deux ans, par le jeu, sa fortune et ma dot : en mourant, il m’a remise dans les bras de son ami, de mon amant actuel, qui jura de ne me jamais abandonner”. (RESTIF, 1990, p.743).

¹⁰ “de ne m’écarter en rien des lois de la décence et de l’honneur”. (RESTIF, 1990, p.743).

Quando pensamos na noção de amor-amizade proposta pela Igreja, conforme analisa Beauvalet (2022),¹¹ percebemos que esse ideal não eliminava os conflitos e as assimetrias presentes no matrimônio. A autora mostra que o discurso religioso defendia um modelo de união baseado na ternura e na cooperação. Podemos, entretanto, pensar em que medida a vida cotidiana descrita por Restif expõe tensões constantes, revelando a distância entre o ideal e a prática. No caso de Suzanne, essa distância se acentuou, pois os valores de afeição e companheirismo promovidos pela Igreja reapareceram em uma relação irregular, fundada na necessidade de proteção e reconhecimento. O vínculo afetivo que ela construiu fora do casamento preservava a busca por ternura e reciprocidade orientada pelo ideal religioso, mas revelava, ao mesmo tempo, o caráter ambíguo das relações conjugais. Nesse sentido, tendemos a ver que existiam espaços em que conviviam imposição e escolha, dependência e cuidado, bem como práticas em que as mulheres tentavam, dentro das margens possíveis, reinventar formas de viver o afeto e a moralidade.

Vale mencionar que Suzanne estabeleceu uma relação com um velho militar, construída fora das estruturas familiares tradicionais: “Meu pai! (pois você é como aquele que perdi), honre-me, aceitando meu cuidado; Eu vou te devolver os de uma filha.”¹² Essa dinâmica pode ser entendida como um meio que Suzanne encontrou para refazer o equilíbrio perdido com a morte do marido e, simultaneamente, lidar com a vulnerabilidade econômica ocasionada pela viuvez, aproximando-se da noção de “redes de sobrevivência” proposta por Dominique Godineau (1988). Para Godineau, mulheres em situação de fragilidade mobilizavam parentes, amigas ou mesmo homens de confiança para garantir apoio material e moral. Na Paris noturna registrada por Restif, tanto o apoio frequente da Marquesa quanto o vínculo com o militar aposentado podem ser indícios dessa configuração de uma rede solidária que suavizava e redefinia os limites cotidianos entre dependência e afeto.

¹¹ BEAUVALET, S. *Épisode 1: Le XVIIIe siècle, libertinage et révolutions*. 38:45 - 39:19.

¹² “Mon père! (car vous ressemblez à celui que j’ai perdu), honorez-moi, en acceptant mes soins; je vous rendrai ceux d’une fille”. (RESTIF, 1990, p.743).

Esse episódio pode ser relacionado também à análise de Olivier Blanc (2002), que associa a libertinagem do século XVIII ao desejo crescente de escapar das normas rígidas da Igreja e da monarquia. Vale ressaltar que o termo “libertino” não se restringia à aristocracia, e envolvia também burgueses urbanos, artistas, literatos e cortesãs, inseridos em redes que questionavam ou subvertiam a moral vigente. Ao mesmo tempo, como afirma Ferreira (2009, p.131-132), no século XVIII, a postura libertina implicava o jogo aristocrático da sedução, pautando-se em certo excesso. Ao mesmo tempo em que isso produziu uma postura de crítica ao caráter supérfluo das formas de sociabilidade aristocráticas, há de se destacar a natureza filosófica dessa arriscada forma de se relacionar entre a conquista, a sedução e a sagacidade. Era a própria forma do mundo e dos costumes que eram questionados e reavaliados, daí a emergência de discursos como de Restif que, mais tendentes a ver o vício das práticas libertinas, afirmava mais uma nova ética moralizante e sanitária em relação aos corpos e aos costumes.

No caso de Suzanne, tendemos a ver a existência de mulheres aptas a lidar com negociação pragmática com as circunstâncias. Blanc enfatiza a busca por prazer e emancipação dos comportamentos extraconjugais, mas podemos identificar que as mulheres buscavam, primeiramente, sobreviver e preservar alguma estabilidade. Há, portanto, uma diferença de enfoque: a mesma prática de reorganização do vínculo matrimonial pode ser vista, conforme Blanc, como expressão de emancipação feminina, e, de acordo com Godineau, como resposta à precariedade.

Nossa percepção do comportamento das mulheres parisienses diante do casamento se aproxima mais da leitura de Godineau, pois verificamos que, mesmo quando as mulheres parecem agir com certa sagacidade ou desafiar a moral vigente, as atitudes delas partem de situações de vulnerabilidade e de necessidade. No caso de Suzanne, nós nos perguntamos em que medida as estratégias que podem sugerir ruptura ou autonomia estariam profundamente

ligadas à busca por honra e sobrevivência em um sistema que lhe impunha limites. Assim, mais do que um gesto de emancipação, vemos a escolha pautada por decisão pragmática, em que a manutenção da dignidade e da estabilidade se torna a principal motivação.

Reorganizações matrimoniais e práticas comunitárias

É possível perceber que a vida conjugal não se limitava à resistência silenciosa das esposas, mas, também, como indicam Blanc (2002) e Beauvalet (2010), se expressava em rearranjos mais amplos que tensionavam sua concepção como uma instituição formalmente rígida. Sua prática revelava uma verdadeira capacidade de adaptação. Um exemplo é o casamento quádruplo, celebrado simultaneamente por diferentes gerações, na Igreja *Saint-Paul*:

“Quatro casamentos foram celebrados ao mesmo tempo! O do avô e da avó; o de um pai e uma das mães, que eram pais de seis filhos, e o de dois dos netos com os dois jovens estrangeiros. O avô e a avó eram considerados casados, sem o serem; o pai e a mãe também; era um princípio nessa família, enquanto ela era medianamente rica: mas hoje, que ela quer se aliar a outra igualmente rica, foi necessário casá-los”.¹³

Essa passagem sugere que a formalidade do sacramento não excluía arranjos familiares complexos, capazes de integrar uniões passadas, vínculos de filiação já estabelecidos e novas alianças. O casamento quádruplo era motivado pelos filhos, oriundos de uma família levemente abastada, que se uniam a estrangeiros. Os avós e pais, ainda que não cultivassem esse costume, precisaram oficializar a união perante a Igreja, para que o casamento de seus descendentes com uma família de interesse, rica, acontecesse. É possível entender o matrimônio como um contrato que dizia respeito não apenas ao casal, mas às vontades da família como um todo. Além disso, a união da mãe de seis crianças não

¹³ “on célébrait à la fois quatre mariages ! celui du grand-père et de la grand-mère ; celui d’un père et de l’une des mères, qui l’étaient des six enfants, et ceux de deux des petits-enfants avec les deux jeunes étrangers. Le grand-père et la grand-mère passaient pour être mariés, sans l’être; le père et la mère de même; c’était un principe dans cette famille, tant qu’elle a été médiocrement riche: mais aujourd’hui qu’elle veut s’allier à une autre aussi riche, il a fallu qu’on les mariât...”. (RESTIF, 1990, p.661).

inaugurou uma nova situação, mas buscava legitimar uma realidade já existente, conferindo-lhe reconhecimento no âmbito do sacramento. O trecho indica, então, que as mulheres ocupavam papel central no processo do casamento quádruplo, atuando como mediadoras capazes de integrar novas alianças sem comprometer os laços familiares.

O segundo matrimônio também aparece como possibilidade de ajuste. Em determinado relato, um homem que deseja casar-se com uma mulher viúva afirma:

“Existem obstáculos reais, além da propriedade, à nossa união legítima: mas ambos temos direitos naturais, dos quais fazemos uso, sem prejudicar os de terceiros, já que seu marido não está vivo”.¹⁴

O casamento, no caso de viúvos, era contestado pela Igreja, que regulava a possibilidade matrimonial de um cônjuge. Diante disso, poderiam irromper manifestações públicas comunitárias, como o charivari — um concerto de sinos, trompas, tambores, tenazes e caldeirões, acompanhados de apupos. O ritual operava simbolicamente para marcar a separação entre o cônjuge sobrevivente e o falecido, ao mesmo tempo em que criava as condições de integração simbólica dos recém-casados à comunidade. Esse ritual ruidoso parodiava a harmonia musical das bodas e reforçava a intervenção da juventude masculina, funcionando como mecanismo de controle social. Ainda assim, a dimensão de denúncia permanecia central, revelando o charivari não apenas como rito de passagem, mas também como prática de regulação comunitária das condutas matrimoniais. (cf. Fabre, 2009, p. 523). Contudo, a justificativa apresentada indica que, mesmo quando o vínculo anterior permanecia como impedimento, era possível reivindicar direitos naturais para legitimar uma nova união.

O uso dessa expressão reflete uma mentalidade influenciada pelos debates jurídicos e morais iniciados no século XVII, nos quais juristas e filósofos começaram a propor e discutir certos direitos básicos do indivíduo (cf. Chatelet, 1979).¹⁵ A presença desse tipo de

¹⁴ “Des obstacles réels, outre la convenance, s'opposent à notre union légitime: mais nous avons tous deux des droits naturels, dont nous usons, sans blesser ceux d'un tiers, puisque son mari n'est plus”. (RESTIF, 1990, p.728, tradução nossa).

¹⁵ CHATELET, F. *Une histoire de la raison Thomas Hobbes et John Locke*.

justificativa levanta também a questão sobre até que ponto tais noções circulavam entre as camadas populares. Podemos pensar que se tratasse de um recurso mais recorrente em meios letrados ou abastados, familiarizados com os debates jurídicos e filosóficos do século XVIII. Ainda assim, sua aparição em uma narrativa que trata da vida conjugal cotidiana sugere que esse vocabulário não se restringia às discussões formalizadas.

O quadro delineado por Daniel Roche (2004, p. 267) acerca da ampliação da leitura e da circulação de impressos em Paris, no final do século XVIII, ajuda a compreender como determinadas noções e vocabulários puderam transbordar para a vida cotidiana das camadas populares. Os impressos e a oralidade urbana faziam com que noções originalmente mais restritas a meios letrados e abastados chegassem a públicos diversos, ainda que de forma parcial ou indireta. Nesse sentido, a aparição, em narrativas sobre a vida conjugal cotidiana, de justificativas ancoradas em termos jurídicos ou filosóficos sugere que esse vocabulário circulava de forma mais ampla, sendo reinterpretado e ressignificado fora dos espaços formais de debate. Embora não haja em Restif elementos precisos que indiquem se mulheres pertencentes às camadas populares ou mais abastadas, o uso desse argumento indica que a noção de direito natural podia ser mobilizada como justificação, inclusive por pessoas cujas condições não lhes davam poder formal, como uma ferramenta retórica e prática de negociação conjugal.

Considerações finais

A partir de *Les Nuits de Paris*, é possível compreender o casamento na Paris do século XVII como uma instituição atravessada por tensões, negociações e reinvenções cotidianas. As diferentes situações descritas por Restif de la Bretonne, desde a violência conjugal às reorganizações matrimoniais, revelam um comportamento social que, de maneira geral, combinava a norma jurídico-religiosa com práticas informais orientadas pela sobrevivência e

pela necessidade de reconhecimento social. Apesar das semelhanças que aproximam essas experiências, cada uma traz singularidades que indicam distintas margens de agência feminina. Mimi, Suzanne e outras mulheres expressam, cada qual a seu modo, tentativas de recompor a estabilidade material e moral, seja por meio de alianças afetivas alternativas, seja pela mobilização de redes de apoio. Essas estratégias não se opõem frontalmente à norma, mas a reconfiguram a partir da vida prática, revelando que a resistência feminina podia se manifestar em pequenos gestos de negociação, fuga ou reorganização da vida conjugal.

É válido ressaltar as redes de sobrevivência — conforme denomina Godineau (1988) —, que aparecem com frequência nas narrativas analisadas e podem indicar um importante aspecto da vida conjugal parisiense. Diante da violência e da vulnerabilidade econômica e social, verificamos que as mulheres com frequência procuravam outros laços para garantir alguma estabilidade, como a jovem que busca amparo da tia, ou como Suzanne, que estabelece uma relação paternal com um militar aposentado. Entretanto, a personagem que mais aparece acolhendo as mulheres com quem Restif interage é a Marquesa. Permanece a dúvida se suas ações representavam uma prática mais ampla de solidariedade entre classes ou se se tratavam de gestos individuais, movidos por vínculos pessoais a Restif. O mais importante a ser pontuado aqui é que essas relações evidenciam como as fronteiras sociais podiam se flexibilizar em situações de necessidade, formando uma rede de apoio que, embora frágil, permitia às mulheres sobreviver e reorganizar suas vidas dentro das restrições impostas pela sociedade parisiense do século XVIII.

É importante comentar também que morar em Paris possibilitava que essas práticas emergissem. Conforme explica Farge (1993), a cidade multiplicava encontros e ampliava as possibilidades de mobilização de solidariedades, ao mesmo tempo em que tornava os comportamentos privados objeto de observação pública e de possível difamação. O espaço urbano parisiense, então, mostra-se como um cenário em que as fronteiras entre o público e o

privado se confundiam, permitindo que o casamento fosse negociado nas margens da vida urbana. Nesse sentido, Restif assume um papel moral e quase etnográfico: ao percorrer as ruas de Paris durante a noite, ele observa, registra e julga os comportamentos que presencia. Nossa aposta de leitura é que sua escrita visibiliza as mulheres ao mesmo tempo que as enquadra em uma perspectiva de julgamento e de correção. Embora esse tema mereça ser melhor analisado, entendemos que isso escaparia ao propósito de nossa análise aqui. O que nos parece fundamental, portanto, é perceber como o conjunto dos casos analisados permite identificar um comportamento marcado pela coexistência da norma e da prática, bem como da dependência e da agência. É diante dessas perspectivas que as mulheres podem ser vistas no centro dessas contradições, pois, nelas, inscrevem suas estratégias cotidianas. Percebê-las faz com que possamos ver as práticas sociais próprias ao século XVIII, na França, como mais complexas e com nuances que incluíam comportamentos femininos em práticas não-reguladas pelas normas legais.

Plano de aula

NÍVEL: Ensino Médio	ANO: 2º ano	
UNIDADE TEMÁTICA/DE PLANEJAMENTO: Processos históricos e dinâmicas sociais na Revolução Francesa		
TÍTULO DA AULA: Costumes informais nos casamentos parisienses no século XVIII		
COMPETÊNCIAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS: 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.		
INTERDISCIPLINARIDADE: (EM13CHS101): Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (EM13CHS106): Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.		
OBJETIVOS	CONTEÚDO	ATIVIDADES
<ol style="list-style-type: none">1. Compreender como o casamento funcionava como instituição formal e indissolúvel no século XVIII.2. Analisar as práticas informais que esposas parisienses desenvolviam para negociar, reinventar ou resistir às restrições conjugais.3. Refletir sobre as tensões entre normas oficiais (jurídicas e religiosas) e a vida prática cotidiana.4. Interpretar trechos de Restif de la Bretonne como fonte histórica mediada, que permite pensar as estratégias femininas de sobrevivência e agência.	<p>Tendo como o Trabalho de Conclusão de Curso, serão abordados os seguintes tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none">• O casamento em Paris no século XVIII como contrato religioso, jurídico e econômico.• A vida conjugal popular como espaço de tensões: violência, vigilância e controle masculino.• Costumes informais das esposas: redes de solidariedade, reorganização da vida conjugal, escolhas estratégicas no matrimônio.• A moral comunitária, a vigilância social e o manejo da reputação.	<p>Primeira aula de 50 minutos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dinâmica inicial: Os alunos se organizam em grupos e respondem à pergunta "Vocês acham que, no século XVIII, todas as esposas seguiam as regras rígidas do casamento? Que práticas informais podem ter existido?" (10 min).• Apresentação expositiva: Exposição sobre o casamento no século XVIII em Paris como instituição rígida e indissolúvel, mas atravessada por negociações femininas. (15 min).• Análise textual: Leitura de trechos de Restif de

		<p>la Bretonne em grupos, os alunos identificam que estratégias essas mulheres utilizavam para lidar com suas condições conjugais (15 min).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discussão coletiva: Debate sobre como esses exemplos mostram a coexistência entre normas oficiais e práticas informais (10 min). <p>Segunda aula de 50 minutos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de caso: Cada grupo recebe um pequeno relato retirado do texto (ex.: violência conjugal; solidariedade feminina; reorganização de casamentos; vigilância comunitária). • Atividade em grupo: Cada grupo discute e apresenta como cada situação ilustra costumes informais das esposas parisienses. (20 min). • Reflexão final: Podemos interpretar esses costumes como formas de resistência feminina? Até que ponto essas práticas transformavam o casamento? (15 min).
<p>AValiação: Participação nas discussões coletivas e análise dos textos. Qualidade das apresentações dos grupos.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA: Base Nacional Curricular Comum - História, MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 20 de set. de 2025.</p> <p>BEAUVALET, Scarlett. Histoire de la sexualité à l'époque moderne</p> <p>BLANC, Olivier. L'amour à Paris au temps de Louis XVI.</p> <p>FARGE, Arlette. Fragile Lives: Violence, Power and Solidarity in Paris, 18th Century.</p> <p>GODINEAU, Dominique. Les femmes dans la France moderne - XVIIe-XVIIIe siècle.</p> <p>RESTIF de la Bretonne. Les nuits de Paris (p.589-1296). in MERCIER; RESTIF. Paris le jour, Paris la nuit: Tableau de Paris, Le nouveau Paris de Louis Sébastien Mercier; Les nuits de Paris de Restif de la Bretonne.</p>		

TRECHOS TRADUZIDOS PARA ANÁLISE:

“Mulheres infelizes, sem princípios, sem educação; criadas, camareiras, no máximo. Quem nos corrompe? Nossos senhores; homens que têm status, educação”. (RESTIF, 1990, p.764, tradução nossa).

“Sem dizer uma palavra, ele se aproximou da esposa, pegou a pele do braço dela acima do cotovelo entre dois dedos e torceu-a com tanta crueldade que ela gritou! Ela já estava prestes a desmaiar. Ele a trouxe de volta à razão com um soco nas costelas, com o polegar estendido... O monstro não falava. A mulher chorava”. (RESTIF, 1990, p.831, tradução nossa).

“Meu marido consumiu, em dois anos, sua fortuna e meu dote por meio do jogo: quando morreu, colocou-me nos braços de seu amigo, meu atual amante, que jurou nunca me abandonar”. (RESTIF, 1990, p.743, tradução nossa).

“Obstáculos reais, além da conveniência, opõem-se à nossa união legítima: mas ambos temos direitos naturais, dos quais nos servimos, sem ferir os de terceiros, visto que o marido não está mais vivo”. (RESTIF, 1990, p.728, tradução nossa).

Fonte

RESTIF de la Bretonne. Les nuits de Paris (p.589-1296). in MERCIER; RESTIF. *Paris le jour, Paris la nuit: Tableau de Paris, Le nouveau Paris de Louis Sébastien Mercier; Les nuits de Paris de Restif de la Bretonne*. Édition présentée et établie par Michel Delon avec Introduction et notes de Michel Delon et Daniel Baruch. Paris: Robert Laffont, 1990.

Referências bibliográficas

BEAUVALET, S. *Histoire de la sexualité à l'époque moderne*. Paris: Armand Colin, 2010.

BLANC, O. *L'amour à Paris au temps de Louis XVI*. Paris: éditions Perrin, 2002.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998.

FABRE, D. Famílias. O privado contra o costume. In: ROGER, C. (org.). *História da vida privada*, 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FARGE, A. Famílias. A honra e o sigilo. In: ROGER, C. (org.). *História da vida privada*, 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FARGE, A. *Fragile Lives: Violence, Power and Solidarity in Eighteenth Century Paris*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

FERREIRA, D. W. Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 123–134, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i3.53. Acesso em: 30/09/2025.

GODINEAU, D. *Citoyennes tricoteuses*. Paris: Alinea, 1988.

GODINEAU, D. *Les femmes dans la France moderne - XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 2015.

THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.